

**TIRADENTES OU A CANONIZAÇÃO DE UM HERÓI**

**Silvia Maria AZEVEDO**

**Resumo:** No aniversário de cem anos da Inconfidência Mineira, em 24 de abril de 1892, Machado de Assis escreve na *Gazeta de Notícias* crônica em que não apenas exalta a coragem de Tiradentes, mas também ironiza a inadequação do nome do “grande mártir” ao feito por ele protagonizado. Antes de entrar para a crônica machadiana, e na contramão do tratamento que aí recebe, Tiradentes vinha sendo objeto de uma espécie de hagiografia (monografias, ensaios, monumentos, calendário comemorativo), de forma a identificá-lo com os ideais republicanos. São alguns passos da trajetória de canonização do “mártir da Inconfidência”, o que se propõe apresentar.

**Palavras-chave:** Machado de Assis, Tiradentes, Inconfidência Mineira, crônica, história

**Abstract:** On the hundredth anniversary of the Inconfidência of Minas, 24 april 1992, Machado de Assis writes in the *Gazeta de Notícias* an article in which not only does he make much of Tiradentes’s courage, but ironizes concerning the inadequacy of the title “great martyr” given him on account of the event of which he was the protagonist. Before considering Machado’s article, we note, contrary to the way in which he is treated there, how Tiradentes came to be the object of a sort of hagiography (monographs, essays, monumentos, commemorative calendar), in such a way that he came to be identified with republican ideas. The intention here is to demonstrate some of the steps along the road to canonization of the “martyr of the Inconfidência”.

**Keywords:** Machado de Assis, Tiradentes, Inconfidência Mineira, chronicle, history

Ambição gera injustiça.

Injustiça, covardia.

Dos heróis martirizados  
nunca se esquece a agonia.

Por horror ao sofrimento,  
ao valor se renuncia.

Cecília Meireles. *Romanceiro da Inconfidência*.

No aniversário de cem anos da morte de Tiradentes, o inconfidente era homenageado com as honras de “grande mártir”, como vai dizer Machado de Assis em crônica de “A Semana”, publicada na *Gazeta de Notícias*, em razão de o alferes Joaquim José da Silva Xavier ter arcado com a pena máxima que D. Maria I mandara executar contra os conjurados de Ouro Preto: a morte na forca, a decapitação e o esquartejamento. A data foi comemorada pelas autoridades republicanas no Rio de Janeiro “com considerável cerimônia”<sup>1</sup>, embora Raul Pompéia vá se queixar da ausência quase completa da presença popular. De qualquer forma, o fato de a Inconfidência Mineira, na figura de Tiradentes, ser objeto de comemorações oficiais era expressão da mudança política no Brasil, dado que, durante o Império, o movimento dos insurretos de 1789, fora, de certa forma, assunto banido da História (afinal de contas, a rainha portuguesa que mandara esmagar a conspiração era bisavó de D. Pedro II). Há que lembrar também que é com a crônica de 24 de abril de 1892, em louvor a Tiradentes, que Machado de Assis inicia a série “A Semana”, data aquela que se reveste de importância para o cronista afirmar, na avaliação de Gledson, “o seu patriotismo numa situação política muito tensa, quando escrevia num jornal oposto ao Governo e até certo ponto ao próprio regime republicano, e cujas opiniões ele partilhava na sua substância”<sup>2</sup>.

Sem pôr em dúvida a sinceridade do louvor de Machado ao Tiradentes – “o que se ofereceu a carregar com os pecados de Israel, o que chorou de alegria quando viu comutada a pena dos seus companheiros, pena que só ia ser executada nele, o enforcado, o esquartejado, o decapitado (...)” -, é impossível não perceber o tom irônico da invocação, ainda mais acentuado na continuação conclusiva da frase: “esse tem de receber o prêmio na proporção do martírio, e ganhar por todos, visto que pagou por todos”<sup>3</sup>. Por sua vez, as duas imagens de que se vale o cronista, a do inconfidente a chorar de alegria porque só ele ia pagar por todos (como Jesus Cristo, pelos pecadores), e a do martírio (complementar ao modelo), viriam ao encontro do que ele chamou de “instinto popular”, que, “de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos Inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia razão de glória” (p.45). Desnecessário dizer que o humor e a ironia, mais uma vez, se fazem presentes. A começar, por essa espécie de campeonato para ver quem suportava a maior pena, no que parece ter virado a Inconfidência Mineira, na sugestão da imagem machadiana. Depois, pelo contraste entre o “instinto popular” que elege Tiradentes o representante maior da Inconfidência Mineira, mas não comparece no momento de prestar tributo à sua memória, na denúncia de Raul Pompéia. Finalmente, porque não foi exatamente o “instinto popular”, guiado pela razão (nada mais oposto desta do que aquele), a escolher o alferes Xavier dentre inconfidentes mais ilustres, pela cultura e procedência social -, mas os historiadores do Império, antes dos ideólogos da República.

De qualquer forma, a imagem do martírio de Tiradentes, imolado em praça pública, vítima da tirânica Coroa portuguesa, foi aquela explorada pelo regime republicano durante os festejos de comemoração da morte de Tiradentes, conforme imagem veiculada na imprensa,

no exemplo da *Revista Ilustrada*, de abril de 1891. Imagem para a qual uma certa iconografia religiosa da figura de Jesus Cristo parece ter servido de modelo, pouco importa se o Tiradentes real nada tivesse a ver com a imagem divinizada, o que de resto também se aplicava ao retrato do próprio filho de Cristo e o original. O que importava era aproximar a festa cívica da execução de Tiradentes, fazendo recair sobre o martírio do conjurado o brilho apoteótico da comemoração, de forma a reiterar a grandiosidade aterradora do espetáculo.

Além da idealização da imagem de Tiradentes, os republicanos passaram a promover a comemoração da “data do martírio”, todos os dias 21 de abril, desde que criaram o Clube Tiradentes, em 1882. Informa ainda o historiador José Honório Rodrigues que, na homenagem do 98º aniversário da execução do Alferes, em 1890, “se promoveu a primeira marcha cívica com um grande número de aderentes, populares e operários, e uma sessão magna com a presença do chefe do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, sendo orador oficial o grande tribuno Silva Jardim”. O passo seguinte, na escala da mitificação do herói da Inconfidência Mineira, foi o Governo do Estado de Minas Gerais mandar erguer, em 1891, um monumento ao Tiradentes, medida seguida pelo Governo Federal, em 1893<sup>4</sup> (Rodrigues, 1976, p.116-117).

Invocar essas providências tomadas pelo governo, durante os anos de 1890, no sentido de identificar a idéia republicana à imagem divinizada de Tiradentes funciona para contextualizar a crônica de 24 de abril de 1892 de Machado de Assis, assim como para justificar o ângulo irônico pelo qual o herói é ali homenageado, estratégia retórica a encobrir as críticas do cronista às táticas empregadas pelos militares da República que usavam a figura de Tiradentes para se firmar no poder.

Enquanto na comemoração cívica, o martirizado era a alma da festa, na crônica machadiana não era o que acontecia, em que pese o tom de louvor a Tiradentes. Aqui, o preito ao inconfidente mineiro aparece em meio a outros assuntos, que conferem perspectiva (irônica, está claro) ao homenageado. Como a invocação de “dois velhos estimáveis [que] tinham todos os dias a sua festa cívica” (p.45). Um combatera da Guerra do Paraguai e recebera a comenda de cavaleiro da Ordem da Rosa. O outro fora tenente da guarda nacional. Aposentados, passavam horas jogando partidas de xadrez, em meio às quais cochilavam. De repente, um despertava o outro e dizia: “Caro *major!*” – “Pronto, *comendador!*” Ou então, variavam: “Caro *comendador!*” – “Aí vou, *major!*” (p.45).

Que espetáculo melancólico esse da glória transformada em ruína! Fantasmas de si mesmos, o erro dos dois velhos foi terem permanecido vivos. Por isso, foram esquecidos pela pátria. O certo é que tivessem morrido. Aí sim, teriam talvez a chance de serem lembrados e homenageados. Como foi o caso de Tiradentes, que não apenas deu a vida pela República, mas participou de uma revolta abortada. Porque se a “Inconfidência tem vencido”, como observou um dos oradores do dia 21, “os cargos iam para os outros conjurados, não para o

alferes” (p.46). Muito justo, portanto, vai arrematar o cronista, que “não tendo vencido, a história lhe dê a principal cadeira” (p.46).

Martírio e insurreição mal sucedida, essas as condições a quem aspirava ao posto de herói nacional. Cumpridas a contento por Tiradentes. Havia, no entanto, um detalhe que pesava contra ele - a alcunha. Na análise cronista: “Há pessoas que o amam, que o admiram, patrióticas e humanas, mas que não podem tolerar esse nome de Tiradentes” (p.46). Podia ser que o tempo trouxesse “a familiaridade do nome e a harmonia das sílabas” (p.46). O ideal era que, com o correr dos séculos, Tiradentes virasse cirurgião-dentista: “Era o mesmo herói, e o ofício era o mesmo; mas traria outra dignidade” (p.46). A perfeição seria o dia em que o mártir “viesse a perder a segunda parte, dentista, e quedar-se apenas cirurgião” (46). Ou seja, virasse doutor, o sonho do brasileiro, no século XIX. Como o daquele jovem agrimensor, na anedota lembrada pelo cronista, que só concordou em se casar no dia que recebeu o tão almejado título.

O enxerto dessa história na crônica funciona (é possível supor) para que o cronista, ao fazer aquela ordem de considerações a respeito da alcunha do alferes Xavier, não viesse a ser acusado de cometer irreverência para com o herói da Inconfidência Mineira. Tiradentes era um apelido que invocava dois fantasmas dos quais o brasileiro da época fugia como o diabo da cruz: o trabalho (sobretudo, o trabalho manual) e a identificação com a pobreza. Aspectos intimamente relacionados, já que o ofício de dentista (e não apenas este, mas todos os ofícios), era praticado, em geral, por pessoas pobres. Enquanto o apelido Tiradentes relacionava-se com esse universo social, é curioso pensar que os pseudônimos árcades – Dirceu (Tomás Antônio Gonzaga), Alceu/Ernesto Fenício (Inácio de Alvarenga Peixoto), Glauceste Saturnino (Cláudio Manuel da Costa) – se referem ao universo dos brasileiros privilegiados que, no século XVIII, tinham acesso à cultura.

Se o clima dos anos de 1890 era sombrio e desalentador, atmosfera que a crônica machadiana soube tão bem captar, outro era o espírito que reinava no Brasil, na primeira metade do século XIX, quando historiadores, estrangeiros e brasileiros, estes, imbuídos de ideais nacionalistas, começam a escrever a respeito da insurreição mineira.

O tom grandiloqüente é a marca dos textos dos primeiros historiadores brasileiros a escrever a respeito da Inconfidência Mineira, com destaque para Joaquim Norberto de Sousa Silva e o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, assíduos colaboradores da *Revista Popular* (1859-1862). É nas páginas do periódico carioca que Joaquim Norberto vai publicar em 1º de março e 15 de abril de 1861, os “Estudos históricos sobre as primeiras tentativas para a independência nacional. Receios de Portugal relativos à independência do Brasil antes da proclamação”, textos que correspondem à parte introdutória da *História da Conjuração Mineira*, livro dedicado exclusivamente à Inconfidência Mineira, escrito por capítulos lidos pelo autor em sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir de 23 de novembro de 1860. A leitura final da obra data de 1873 (SANTOS, 1972, p. 71-72; apud Jardim, 1988, p.8)<sup>5</sup>.

Em outro texto, “Considerações gerais sobre a história brasileira”, também publicado em duas partes na *Revista Popular*, em 5 de março e 1º de abril de 1860, Joaquim Norberto em referência à Inconfidência Mineira, vai dar destaque à figura de Tiradentes, enaltecendo a generosidade do herói, aspecto reiterado até recentemente por historiadores da Inconfidência, e ironizado pelo cronista Machado de Assis. Nas palavras de Norberto: “O corajoso mártir, que não querendo comprometer os seus companheiros de infortúnio, expirou no patíbulo a generosidade de atribuir a si somente todo o plano da malograda revolução” (5 de março de 1860, p.274)<sup>6</sup>. Explorados pelo historiador carioca foram também o espetáculo de sangue da execução de Tiradentes e o exílio do demais inconfidentes: “E enquanto o sangue do mártir da liberdade ensopava o solo brasileiro, e as vítimas da tirania colonial iam exalar o último suspiro nos desertos africanos (...)” (p.274).

Além da retórica inflamada alguns temas caros à estética romântica - a loucura, o suicídio, o “noivado do sepulcro” (em alusão à poesia de Soares de Passos) -, podem ser identificados nas biografias das personagens históricas envolvidas na insurreição de 1789, em Ouro Preto. Assim, por exemplo, a biografia de Cláudio Manuel da Costa, um dos “Brasileiros Célebres” da série de que vai se ocupar Fernandes Pinheiro, publicada na *Revista Popular*, em 15 de dezembro de 1861. Segundo consta, o poeta mineiro suicidou-se<sup>7</sup> no dia 4 de julho de 1789, na Prisão da Casa dos Contos, em Vila Rica (atual Ouro Preto), “aterrado pela imagem do suplício que o aguardava” (p.371), na interpretação do cômico Pinheiro. O historiador entende as contradições e as delações praticadas pelo poeta contra os amigos inconfidentes durante os interrogatórios a que foi submetido, como resultantes da “alienação mental, que cedo coroada seria pelo mais doloroso espetáculo!” (p.372). A loucura justificava, portanto, o suicídio – maior pecado que um cristão podia cometer (não esquecer que o biógrafo era padre católico) -, e este, o sacrifício por meio do qual o poeta procurava a absolvição. Além da loucura, havia ainda, na visão de Fernandes Pinheiro, outro agente, a quem cabia até maior responsabilidade pela perdição do nobre poeta-inconfidente: Tiradentes, “o gênio do mal desse prematuro tentame da independência do Brasil” (p.370). O alferes Xavier não passava de um fanático que não soube perceber, ao contrário dos demais líderes, da “impraticabilidade” (p.370) da conjuração<sup>8</sup>. A sua imprudência pôs a “perder no ânimo do governo português os mais nobres caracteres das províncias de Minas e Rio de Janeiro” (p.370).

Além das noivas eternas, que só depois de mortas vão se unir aos bem-amados, em alusão ao par Tomás Antônio Gonzaga e Marília de Dirceu, outro modelo feminino plasmado pela estética romântica foi o das mulheres casadas separadas dos maridos pela adversidade, que sozinhas e heroicamente vão criar os filhos. Foi este o enquadramento que recebeu outra “brasileira célebre”, Bárbara Heliódora Guilhermina da Silveira, mulher do coronel-inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto, biografia publicada em 15 de março de 1861, na *Revista Popular*. A *via crucis* de Bárbara Heliódora começou em 13 de outubro de 1789 quando o desembargador Luís Pereira de Araújo, a mando do governador Visconde de Barbacena, veio

seqüestrar os bens de Alvarenga Peixoto. Na recriação histórico-ficcional de Joaquim Norberto, “(...) D. Bárbara Heliodora achava-se na sua casa do arraial da vila de São João Del-Rei, abraçada com seus filhos, misturando suas lágrimas com os ais tristes das criancinhas, que em vão chamavam o desditoso pai, quando viu entrar o desembargador (...)” (p.335).

É possível supor que a escolha dos inconfidentes biografados por Joaquim Norberto e Fernandes Pinheiro – Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga (este, em 1862, na nova edição da obra *Marília de Dirceu*, preparada por Joaquim Norberto) – assim também as figuras femininas com as quais estiveram envolvidos – Maria Joaquina Dorotéia de Seixas e Bárbara Heliodora – deveu-se a duas ordens de fatores, pelo menos. Em primeiro lugar, porque se tratavam de pessoas de prestígio na vida social de Ouro Preto, em relação às quais a História sempre se preocupou em preservar a memória. Em segundo lugar, porque eram vidas que podiam ser exploradas na chave do melodrama romântico (virtude, amor maternal, piedade filial, abnegações). Não por um acaso também, foram publicadas na *Revista Popular*, muito embora o “popular” do título referir-se à parcela ainda bastante restrita da população brasileira, ou seja, a que sabia ler. Ainda assim, não é irrelevante que os homens e as mulheres biografados, envolvidos direta ou indiretamente no levante político do século XVIII, começassem a se tornar familiares do público, por intermédio de um periódico identificado com os ideais do nacionalismo romântico.

Quanto a Tiradentes, não teve entrada na galeria dos “brasileiros célebres” da *Revista Popular*. As razões para isso não são difíceis de se imaginar: o Alferes Xavier não pertencia aos quadros da elite ilustrada de Vila Rica envolvida na Inconfidência Mineira, portanto, pouco se sabia a respeito de sua vida. Depois porque, como vai lembrar Edgard Barros, “o rigor da sentença e da repressão portuguesa que desabou sobre os participantes da Inconfidência, fez sumir e desaparecer os testemunhos dos fatos, salvando-se apenas o que interessava aos juízes saber (...), registrado nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*” (1985, p.15)<sup>9</sup>.

De qualquer forma, é nos anos de 1860 que tem início o processo de resgate da figura de Joaquim José da Silva Xavier, a partir da alcunha, Tiradentes, esta, por sua vez, identificada ao dia de sua morte, conforme é de praxe tornar conhecida a vida do pobre (sem esquecer, que aquela data seria o único fato conhecido da biografia de Tiradentes, na época). Como vai aparecer na série de Joaquim Norberto, “Efemérides nacionais ou recordações históricas para a presente quinzena”, publicada em 15 de abril de 1862, na *Revista Popular*: “1792. Execução de Tiradentes” (p.103). Quando se pensa que o termo “efemérides”, na acepção do dicionário, significa “seção do jornal que publica fatos ocorridos em outros anos, naquele mesmo dia e mês” (CALDAS AULETE, v.2), compreende-se que Norberto, sem querer, já estaria colaborando na confecção do calendário cívico da República, no qual Tiradentes será a celebridade escolhida para representá-la.

Além das efemérides, os dicionários biográficos foram outra estratégia de celebração, empregada por Joaquim Norberto, a exemplo daquele denominado “Os homens célebres de

todos os tempos e de todos os lugares”. O verbete Tiradentes, publicado no dia 15 de junho de 1862, na *Revista Popular*, é definido nos seguintes termos: “Tiradentes – Mártir da liberdade, que foi sacrificado como pequeno para salvamento dos grandes, que mais parte tiveram do que ele no projeto da célebre conspiração mineira” (p.363). Embora reiterada a imagem do mártir de Tiradentes, este não é interpretado como sacrifício exigido pela pátria, mas para livrar os poderosos da pena máxima que somente sobre ele, “como pequeno”, irá recair. Norberto releva consciência crítica bastante aguda do papel de Tiradentes como bode expiatório da conjuração, o que antecipa interpretação mais recente da historiografia brasileira a respeito da atuação do confederado no levante de 1789. Um dos “grandes”, poupados da força, porque Tiradentes morreu no seu lugar foi Tomás Antônio Gonzaga, que também teve entrada no dicionário “Homens célebres de todos os tempos e lugares”. Aqui, ao invés de inconfidente, será identificado como “pastor em versos”, conforme vai dizer Norberto em 1º. de junho de 1862.

Já em 1861, ainda na *Revista Popular*, o historiador carioca, sob o pseudônimo de Fluviano, dava início a outra série de biografias, as “Fisionomias brasileiras. Esboços para um Dicionário Biográfico”, galeria de personalidades brasileiras mortas, algumas delas, apresentadas pelo lado cômico e irônico. O gênero em que são vazados esses perfis biográficos, a fisionomia, remete à obra *Fragments Physiognômiques para o Fomento do Conhecimento e do Amor entre os Homens* (1775-1778), de autoria do Johann Gasper Lavater, considerado o fundador da fisiognomia moderna. A proposta de Lavater de interpretar o caráter de uma pessoa com base na leitura do rosto e movimentos do corpo encontra ressonância na série “Fisionomias Brasileiras” de Joaquim Norberto cuja intenção não é apresentar “*esboços completos*”, “apenas traços fisionômicos; uma ou outra anedota, um ou outro rasgo de espírito que pintam melhor o homem do que um discurso legislativo sob todas as ênfases parlamentares ou uma biografia *a parler d’or* ainda mesmo à Sisson” (p.129).

Compreende-se, portanto, que as personalidades brasileiras ali apresentadas não se mostrem de corpo inteiro, isto é, a partir de uma biografia completa, já que não é essa a intenção de Norberto. Ao invés da predominância do factual, a vida da “notabilidade” é submetida à seleção e interpretação de traços, de modo a oferecer aquela que seria a faceta mais característica de sua personalidade. Como foi o caso do verbete Tiradentes, a respeito de quem o colaborador da *Revista Popular* oferece esclarecimentos importantes. Em primeiro lugar, identifica aquele nome como “alcunha histórica”. Em seguida, que o homem que responde por aquela alcunha tem nome e sobrenome, como as pessoas passaram a ter a partir do século XVIII: Joaquim José da Silva Xavier. Quanto ao fato de a cabeça de Tiradentes ter sido enviada a Vila Rica, como “presente à província de Minas Gerais, onde germinaram as idéias da independência”, nada mais justo, conforme vai dizer: “Uma cabeça, que teve tão nobre pensamento, por certo que deveria ser colocada na terra que a viu nascer e em lugar bem alto”. Finalmente, o dia da morte de Tiradentes, 21 de abril, coincide com outro fato

importante da história brasileira, a descoberta do Brasil. Articular as duas datas tem por objetivo frisar que “(...) 291 anos depois começaram também a aparecer as primeiras origens da luta pela independência” (p.137). Alçado à condição de efeméride, o dia da execução de Tiradentes permite aproximar passado e futuro, o descobrimento e a Independência, que de na verdade, está bem próxima de acontecer.

Perfis biográficos, efemérides, dicionários biobibliográficos são estratégias de recuperação histórica da Conjuração Mineira empreendidos pelos historiadores-colaboradores da *Revista Popular*, em particular, Joaquim Norberto de Sousa Silva, que davam prosseguimento a outras medidas postas em prática: a demolição do padrão de ignomínia pela primeira junta do governo provisório da Província de Minas Gerais, em 1822; a restituição dos bens dos herdeiros dos inconfidentes, em 1832; a elevação de uma coluna de pedra em memória de Tiradentes, no local onde sua cabeça fora colocada, pelo Presidente da Província, Saldanha Marinho, o grande chefe liberal e futuro primeiro assinante do Manifesto Republicano de 1870 (Rodrigues, 1976, p.116).

Os monumentos da palavra vinham coroar os monumentos de pedra, ambos imbuídos do intuito de recuperar, ou antes, canonizar Tiradentes como herói nacional.

#### Referências bibliográficas

ASSIS, Machado de. *A Semana: crônicas (1892-1893)* Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

BARROS, Edgard Luiz de. *Tiradentes*. São Paulo: Moderna, 1985.

JARDIM, Márcio. *Síntese factual da Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Codeser, 1988.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes (cônego). “Brasileiros Célebres”. Cláudio Manuel da Cosa. *Revista Popular*, 12:367-373, 15 de dezembro de 1861.

RODRIGUES, José Honório. “De Tiradentes à Independência”. In: *História, corpo do tempo*. São Paulo: perspectiva, 1976, p.71-99.

RODRIGUES, José Honório. “Paixão e morte de Tiradentes”. In: *História, corpo do tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p.101-118.



SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. “Brasileiras Célebres. D. Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira”. *Revista Popular*, 9:332-338, 15 de março de 1861.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. “Considerações gerais sobre a história brasileira”. *Revista Popular*, 5:261-274, 5 de março de 1860; 6:145-153, 1º. de maio de 1860;.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. “Efemérides nacionais ou recordações históricas para a presente quinzena”. *Revista Popular*, 14:101-108, 15 de abril de 1862.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. “Estudos históricos sobre as primeiras tentativas para a Independência nacional. Receios de Portugal relativos à Independência do Brasil antes da sua proclamação”. *Revista Popular*, 9:257-269, 1º. de março de 1861; 10:65-75, 15 de abril de 1861.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. “Fisionomias brasileiras. Esboços para um dicionário biográfico”. *Revista Popular*. 12:127-139, 1º. de novembro de 1861.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. “Os homens célebres de todos os tempos e de todos os países”. *Revista Popular*, 14:359-364, 15 de junho de 1862.

## Notas

---

<sup>1</sup> ASSIS, Machado de. *A Semana: crônicas (1892-1893)* Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p.13.

<sup>2</sup> Idem. *Ibidem*, p.14.

<sup>3</sup> As citações da crônica de Machado de Assis pertencem à antologia *A semana*, organizada por John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996, p.45-46. Das demais, constará apenas o número da página, citada no próprio corpo do texto.

<sup>4</sup> RODRIGUES, José Honório. “De Tiradentes à Independência”. In: *História, corpo do tempo*. São Paulo: perspectiva, 1976, p.71-99.

<sup>5</sup> O leitor interessado em conhecer a historiografia produzida no século XIX e parte do XX a respeito da Inconfidência Mineira, remete-se à obra de Márcio Jardim, *Síntese factual da Inconfidência Mineira*, p 7-12.

- 
- <sup>6</sup> Foram conjurados, como Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga, que, para se inocentarem, acusaram Tiradentes de ser o verdadeiro líder e inspirador da Inconfidência. O Alferes só vai assumir toda a responsabilidade pelo movimento, no interrogatório de 18 de janeiro de 1790. Nas três vezes anteriores, em 22, 27 e 30 de maio de 1789, negou sempre qualquer conhecimento e participação no levante. Cf. Edgard Luiz de Barros, op. cit, p. 64-68.
- <sup>7</sup> Há forte suspeita de que Cláudio Manuel da Costa tenha sido assassinado, em razão de o velho poeta, que já havia delatado seus companheiros, estar disposto a contar tudo o que sabia, vindo a comprometer o Visconde de Barbacena. Cf. Edgard Luiz de Barros, op. cit, p.68.
- <sup>8</sup> No propósito de minimizar a participação no levante e jogar toda a responsabilidade sobre Tiradentes, Tomás Antônio Gonzaga vai escrever na prisão em uma de suas liras: “Ama a gente assisada/ A honra, a vida, o cabedal tão pouco/ Que ponha uma ação destas/ Nas mãos de um pobre, sem respeito, e louco?”.
- <sup>9</sup> Os historiadores afirmam que muito pouco se conhece da vida cotidiana de Joaquim José da Silva Xavier, até a idade de vinte e cinco a trinta anos.